



DIVULGAÇÃO IBÁ



PELO EMBAIXADOR JOSÉ CARLOS DA FONSECA JR.

Diretor executivo da IBÁ, com assento no Comitê Diretor do The Forests Dialogue (TFD) e no Advisory Committee on Sustainable Forest-based Industries (ACSI), da FAO.



indústria brasileira de árvores



SOB OS OLHARES ATENTOS DE UMA SOCIEDADE GLOBAL

Como comentou António Guterres, secretário-geral da ONU, antes da abertura da COP-26, em Glasgow, “Sem ação decisiva, estamos jogando com nossa última oportunidade de, literalmente, inverter a maré”. Não se trata de alarmismo, mas do reflexo de um planeta que dá mostras de estar chegando ao seu limite. Vidas humanas estão ameaçadas com os impactos da emergência climática. Milhares deixam suas casas, depois de devastadas por intempéries ou inundações, devido ao aumento dos níveis das águas ou de outras inclemências resultantes da mudança do clima.

Foi com o senso de urgência que chefes de Estados, de Governos e outras autoridades de 200 países se reuniram em Glasgow para as negociações da COP-26. A estas lideranças, se juntaram a sociedade civil e organizações privadas em uma verdadeira concertação pelo clima. Cerca de 30 mil pessoas lá estavam em busca de caminhos possíveis para um futuro sustentável do planeta.

A pandemia da Covid-19 acabou, de uma maneira indireta, acelerando tendências e intensificando preocupações. A pandemia escancarou a conexão entre disfuncionalidade ambiental, do clima e da biodiversidade no planeta, bem como os riscos

que essa desordem sistêmica pode causar em termos, por exemplo, da saúde pública. Embora a lógica e o ritmo das negociações sejam mais lentos do que o desejado pelas ruas, já que todos os países devem ser ouvidos, a realidade é que Glasgow não foi o fracasso que os mais céticos chegaram a projetar. Ao contrário, é necessário reconhecer avanços, em uma trajetória que, pela complexidade de seus desafios, se desenrola por meio de progressos cumulativos, por vezes mais modestos do que recomendaria o sentimento de emergência climática.

Desde, sobretudo a Rio-92, Conferência da ONU sobre Desenvolvimento e Meio Ambiente, essas grandes reuniões das partes, as COPs, nas Convenções do Clima e da Biodiversidade, acabaram se tornando mega eventos planetários, que acontecem em duas dimensões concomitantes. De um lado, as negociações diplomáticas propriamente ditas, em que as Partes são os Estados Nacionais, os membros das Nações Unidas. Do outro lado, aos milhares, fora e do evento paralelo local do evento oficial, uma representação social especialmente vibrante, engajada, diversa e representativa. É nesta segunda dimensão que, na verdade, influencia e pressiona os negociadores oficiais, que estão presentes como lideranças e instituições da sociedade civil,

ONGs e outros movimentos sociais, o setor privado, governos subnacionais, a academia e a ciência. É dessa dialética, estridentemente alimentada pela mídia, que nasce tanto os impasses quanto os avanços. No caso de Glasgow, antecedido por elevadas expectativas e também por percebidos riscos de frustrações, ao final do exercício negociador, alguns avanços importantes acabariam sendo concretizados, como foi o caso da conclusão das negociações do artigo 6 do Acordo de Paris, justamente o qual estabelece um mercado global regulado de créditos de carbono – desfecho que se mostrou inviável desde a COP de Paris, em 2015, até a de Madrid, em 2019.

Cabe o registro de que a iniciativa privada parece ter tomado plena consciência de seu papel decisivo nesta agenda tão estratégica. Ao contrário da percepção de anos atrás, a agenda da sustentabilidade não é tema apenas para cientistas, diplomatas e ambientalistas. Parece ter finalmente caído a ficha de que o desafio afeta a cada um de nós, agora, com uma gravidade já dramática, e mais ainda no futuro, pondo em risco as gerações vindouras. Esta é uma questão para ser debatida por gente capaz.

Diante da baixa expectativa que precede a chegada do Brasil a Glasgow, há que se reconhecer que nossa delegação oficial fez movimentos, nos primeiros dias da COP-26, que foram surpreendentes. Antecipou para o ano de 2050 a meta de neutralidade de carbono para a economia brasileira, tal como prevista na NDC, assim como antecipou metas intermediárias, como o fim do desmatamento ilegal, sobretudo na Amazônia, que passou para 2028, em vez de 2030. Ademais, assinou a Declaração Global de Florestas e também a iniciativa pela redução de emissões de gás metano. Com aqueles primeiros movimentos, pode-se afirmar que foi possível estancar, ainda que momentaneamente, parte do desgaste de imagem que mina a credibilidade negociadora do Brasil naquela agenda. Com isso, reconquistou-se algum espaço de protagonismo, que foi útil para os movimentos que o Brasil faria na etapa final das negociações. Evidentemente, tal espaço será ampliado ou reduzido conforme o Brasil possa mostrar ao mundo, doravante, sua capacidade efetiva de cumprir os compromissos assumidos.

Cabe observar que o setor de base florestal esteve muito bem representado em Glasgow, com sua maior delegação de todas as COPs. Walter Schalka liderou pessoalmente a equipe da Suzano, enquanto Cristiano Teixeira encabeçava o time da Klabin; a Eldorado também esteve representada, por meio de seu diretor Rodrigo Libaber. Definitivamente, a agenda do clima, da sustentabilidade e do ESG foi promovida e chegou aos mais ele-

vados escalões decisórios das empresas, entrando na pauta dos CEOs, dos diretores e dos respectivos Conselhos.

O saldo geral da COP-26 pode ser considerado positivo. Os textos aprovados certamente ainda não encerram desafios e limitações, poderiam ser mais ambiciosos e se mostrarem à altura da crise climática que já nos aflige. Contudo, a verdade é que foram registrados avanços que sinalizam para o futuro dessa trajetória. Os principais países estão mais ambiciosos rumo a uma economia net-zero até 2050, à exceção da China e da Índia, ainda comprometidas com metas temporais mais distantes; limite médio máximo de temperatura em 1,5 °C, como objetivo declarado, tendo como base a temperatura média do planeta no período pré-industrial; esforço em ações de financiamento a países em desenvolvimento; restrições a subsídios a combustíveis fósseis, especialmente ao carvão mineral, dentre outras medidas. Em relação ao Artigo 6, item famoso do Livro de Regras do Acordo de Paris, foi aprovado e regula dois tipos de instrumentos de mercado de carbono em nível multilateral: Artigo 6.2, que trata do comércio de carbono entre países, em nível agregado/governamental; e Artigo 6.4, que sucede ao MDL do Protocolo de Quioto, como mecanismo baseado em projetos diretamente desenvolvidos por agentes econômicos do setor privado.

As duas semanas trouxeram passos importantes, mas são necessários que se mantenham constância e persistência para que os objetivos sejam atingidos. Muitas das decisões aprovadas em Glasgow ainda demandarão regulamentação cuidadosa, antes de ganharem o mundo operacional.

O Brasil tem uma lição de casa desafiadora. Os mesmos países que admiraram o retorno a uma atitude um pouco mais proativa do Brasil são aqueles que cobrarão resultados, a serem verificados por métricas confiáveis. Temos um desafio enorme a ser endereçado, que é o do desmatamento ilegal, especialmente na região amazônica. Se Glasgow recolocou o Brasil em condições de recuperar o papel de alguma liderança nos debates ambientais, são as ações daqui por diante que dirão se voltaremos, de fato, para o grande jogo. Trata-se de um novo momento, que abre enormes janelas de oportunidades a uma nação rica em sua biodiversidade e em seu conhecimento científico. Cabe a nós agirmos para sair, de vez, da sombra neste mundo que está se renovando. O Brasil é potência agroambiental inescapável e precisa fazer valer este seu peso de influência, o que já conquistou em termos de transição energética e de perspectivas de construção de uma economia de baixo carbono. Então, mãos à obra! ■